e a obrigação acessória de transmitir eletronicamente as notas fiscais ao sistema, deve se reconhecer improcedência da autuação aplicada naqueles moldes, uma vez que há a retroação da legislação benéfica nos casos não definitivamente julgados. Inteligência do artigo 106, II, a, do CTN. 2. Recurso conhecido e improvido para, em Revisão de Ofício, se reconhecer a improcedência da autuação. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7538 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13978 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 65201451000001-0). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável é, tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física (Lei Complementar nº 87/96, artigo 11, I, d). 2. Deve ser restabelecido o crédito tributário lançado em auto de infração, por restar comprovado nos autos que o contribuinte deixou de recolher o ICMS relativo a operação de importação, cujo real destinatário dos bens importados está situado neste Estado do Pará, cabendo a esta unidade federada o referido imposto. 3. Deixar de recolher ICMS relativo à operação de importação de mercadoria constitui infração à legislação tributária sujeita à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e provido, para restabelecer o crédito tributário constante do AINF sob julgamento. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7537 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17244 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352014510005119-9). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ATIVO NÃO REGULAR. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Contribuinte na situação de ativo não regular, que deixar de recolher a antecipação especial do ICMS relativo a operação de entrada de mercadoria para comercialização em território paraense, constitui infração à legislação tributária estadual e sujeita-se às penalidades estabelecidas em lei, independentemente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7536 - 2ª CPJ. RECURSO N. 15632 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 492011510000285-1). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. NÃO RETENÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser declarada a improcedência do AINF, quando contribuinte está acobertado por decisão judicial que impeça tal conduta do fisco. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7535 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17724 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 7273004810-9/32450). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. EXPORTAÇÃO INDIRETA. IMPROCEDÊNCIA. 1. Correta a decisão singular que, após diligência, exclui do lançamento tributário as operações de saídas para a exportação indireta de mercadorias. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7534 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14756 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032015510003570-5). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ EDUARDO DA SILVA. EMENTA: ICMS. RECURSO DE OFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO SINGULAR QUE DECLARA NULIDADE DE AINF. 1. Não é considerada contrária ao fisco a decisão singular que declara a nulidade do Auto de Infração. 2. É definitiva a decisão de primeira instância que não estiver sujeita ao Recurso de Ofício, com intimação do sujeito passivo. 3. Recurso não conhecido, mantidos os efeitos da declaração de nulidade do AINF, conforme julgamento singular. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 29/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 29/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7533 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14458 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000427-4)

ACÓRDÃO N. 7532 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14450 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000432-0)

ACÓRDÃO N. 7531 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14448 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000430-4)

ACÓRDÃO N. 7530 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14446 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000428-2)

ACÓRDÃO N. 7529 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14438 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000429-0)

ACÓRDÃO N. 7528 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14436 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000431-2)

CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTO. NOTA FISCAL CIDADÃ. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Com o advento da lei n. 8.976/2020, que ab-rogou a lei n. 7.632/2012, essa última que instituiu o programa Nota Fiscal Cidadã e a obrigação acessória de transmitir eletronicamente as notas fiscais ao sistema, deve se reconhecer improcedência da autuação aplicada naqueles moldes, uma vez que há a retroação da legislação benéfica nos casos não definitivamente julgados. Inteligência do artigo 106, II, a, do CTN. 2. Recurso conhecido e improvido para em Revisão de Ofício se reconhecer a improcedência da autuação. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7527 - 2ª CPJ. RECURSO N. 15246 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072014510000300-2). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXPORTAÇÃO NÃO COMPROVADA. 1. Não há cerceamento ao direito de defesa do sujeito passivo quando o AINF traz elementos suficientes para compreensão da acusação fiscal. 2. Comprova-se a efetiva exportação, mediante apresentação do memorando de exportação acompanhado de

cópias do comprovante de exportação e do registro de exportação averbado. 3. Deixar de comprovar efetiva exportação da mercadoria constitui-se em infração tributária e sujeita o infrator à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto, quando devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7526 - 2ª CPJ. RECURSO N. 15244 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 072014510000300-2). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. COMPROVAÇÃO DA EXPORTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. IMPROCEDÊNCIA DE PARTE DA AUTUAÇÃO. 1. Correta a decisão singular que, apoiada na prova dos autos, reconhece que parte das operações, objeto da autuação, foi efetivamente destinada à exportação, estando abarcada pela não incidência do ICMS. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7525 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17058 - OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 172016510000193-7). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO DESIGNADO: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECAPITULAÇÃO DE PENALIDADE. 1. Tratando-se de capitulação de penalidade incongruente com a descrição da ocorrência definida no AINF, cabe aos órgãos de julgamento sua recapitulação. 2. A partir da inclusão na lei 6182/98 do parágrafo único do artigo 72, não constitui nulidade por cerceamento de defesa a capitulação de penalidade em desacordo com a prova dos autos, podendo os órgãos de julgamento proceder sua recapitulação, desde que não haja a alteração da ocorrência proposta pela autoridade lançadora. 3. Deve ser reformada a decisão singular que conclui pela improcedência da autuação quando fundamentada no fato da penalidade estar em desacordo com a ocorrência descrita no AINF. 4. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. VOTOS VENCIDOS: Conselheiros Nilson Monteiro de Azevedo e Vitor de Lima Fonseca, pelo conhecimento e improvidamento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 01/09/2020.

Protocolo: 592175

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público 2018 Edital de Convocação nº 064/2020

Convocamos os candidatos, abaixo relacionados, para comparecerem ao BANPARÁ, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à contratação, para o cargo especificado abaixo:

CARGO: Técnico Bancário Nível Médio POLO I

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
ADANS MOTA DE ALMEIDA	96º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
SHEILA FRANCO RIBEIRO	97º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
CLEMILSON COSTA SARAIVA	98º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
KARINA MENDES DE SENA	99º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
DAVID RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR	100º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
JEFFERSON SILVA BOCCIO	101º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
NEURISVAN PEREIRA FEITOZA	102º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
LEANDRO AQUINO COSTA CASTRO	103º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA

POLO II

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
EDUARDO DE JESUS LOBATO DO REGO	50º	Av. Dom Pedro II, nº 1406 - Santa Rosa - Abaetetuba/PA

POLO IV

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
ANA LAURA GODINHO DA CRUZ MARINHO	42º	Av. Presidente Vargas, 251, Campina - 2º Andar - Belém/PA
WESLEY DOS SANTOS	43º	Rua América, nº 3486 - Lote 19, Qd 161, Setor 2 - Rodoviário - São Félix do Xingu/PA